

‘É também verdade que os governos falham’

Cientista político alerta que não é só o mercado que erra e defende agenda liberal para ampliar ganhos sociais

ENTREVISTA

Carlos Pio

BRASÍLIA. O cientista político Carlos Pio, professor de economia política internacional da UnB, pesquisador visitante da Universidade de Oxford e membro do Instituto Millenium, defende uma agenda liberal para que se avance nos

ganhos sociais obtidos nos governos Fernando Henrique e Lula. De Londres, onde está morando temporariamente, ele disse ao GLOBO que as políticas adotadas por ambos os governos se esgotaram. Pio é

contra o aumento da presença do Estado na economia porque, segundo ele, governos falham. O professor afirma que, apesar dos ganhos sociais evidentes dos últimos oito anos, o governo Lula não tem foco nos mais pobres, porque há benefícios que continuam direcionados aos mais ricos.

Vivian Oswald

O GLOBO: O governo defende uma interferência maior do Estado na economia. A crise mostrou que o mercado sozinho não se regula. Qual é a solução?

CARLOS PIO: Em todas as sociedades, há variações importantes no grau de presença do governo na economia. Poucas sociedades realmente desconfiam do discurso dos políticos tradicionais, que prometem fazer o bem sem maiores custos, seja em termos de impostos mais altos, seja em termos de ineficiências e corrupção. Esse traço de desconfiança em relação ao governo — e ao Estado, em última instância — é um dos traços da cultura americana que têm se generalizado em outros países. A expansão do liberalismo nos últimos 20 anos do século XX teve esse traço “neoliberal”.

• Os governos não são confiáveis?

PIO: O que esse liberalismo estabelece não é que “todos os problemas acabarão se os mercados forem inteiramente desregulados”, discurso tão comum entre os críticos. Ele defende que, se é verdade que os mercados falham, é também verdade que os governos falham — e por razões que nada têm a ver com o funcionamento da economia de mercado.

• As eleições não corrigem essas falhas?

PIO: Mesmo nas democracias, existem dificuldades intransponíveis ao controle dos governantes pelos eleitores. Eleições ocorrem em intervalos relativamente longos (e, neste interim, os governantes são relativamente livres para agir), o governo consegue manobrar a fiscalização do Legislativo com incentivos aos parlamentares e partidos, e o voto do eleitor é dado a candidatos que apresentam “pacotes fechados” de preferências que não estão abertas a sua interferência. O governo falha, e isso normalmente é pior que a falha natural dos mercados.

• A resposta está na extinção do governo, então?

PIO: Está em dois pilares. Primeiro, na limitação do governo ao desempenho de suas funções mais elementares — oferta de bens que elevem o potencial de prosperidade de todos, especialmente dos que não podem pagar para obtê-los. Esses bens coletivos são: segurança e Justiça, saúde e educação básica universais, capacitação de trabalhadores, aposentadoria universal, estabilidade macroeconômi-

ca, defesa da propriedade privada e da concorrência privada (doméstica e internacional), oferta de infraestrutura que atenda à maioria da população. Nada disso precisa ser feito primordialmente por meio de agências ou empresas estatais. Cada vez mais surgem instrumentos (como vouchers educacionais, parcerias público-privadas etc.) que viabilizam a oferta privada desses serviços de natureza coletiva ou pública. E isso nos remete ao segundo pilar: o aumento do controle e da pressão sobre os governantes para elevar a eficiência do Estado na provisão desses bens.

• O senhor fala que vivemos uma espécie de esquizofrenia. Onde está ela?

PIO: A esquizofrenia a que me referi é essa crença de que o governo pode ser o principal agente do desenvolvimento econômico por meio de projetos nacionais que, de um lado, violam a noção elementar de “falhas de governo” e, de outro, implicam relegar a segundo plano a oferta dos bens coletivos fundamentais à melhoria das oportunidades dos mais pobres e que não podem pagar por eles, como pré-escola e ensino médio, em nosso contexto atual.

• A renda de milhões de bra-

CARLOS PIO:

“Mesmo nas democracias, existem dificuldades ao controle dos governantes pelos eleitorados”



Givaldo Barbosa/17-2-2006

“

Precisaremos colocar no topo das preocupações e escolhas dos governantes gastos e regulações que melhorem a situação dos mais pobres e, entre estes, especialmente as crianças

sileiros cresceu nos últimos anos. Mas o senhor diz que este não é um governo com foco no combate à pobreza.

PIO: Os governos de Fernando Henrique e Lula foram capazes de promover uma efetiva incorporação econômica das parcelas mais pobres da nossa sociedade justamente porque criaram (FHC) e mantiveram e expandiram (Lula) algumas políticas que favorecem o poder de consumo desses setores. Em particular, o fim da inflação, a ênfase em políticas sociais focalizadas nos mais pobres, como Bolsa Escola e Bolsa Família — algo que começou a ser defendido pelo Banco Mundial como uma necessidade no contexto das reformas liberais dos anos 1980-90 e que enfrentou forte resistência pelo PT e pelos demais segmentos da esquerda —, e a política de elevar o valor

do salário mínimo consistentemente acima da inflação provocaram uma sensível melhoria na situação dos mais pobres.

• E o que não avançou?

PIO: Não se avançou nada em termos da redução dos “benefícios sociais” primordialmente destinados aos mais ricos, como ensino superior gratuito, aposentadorias e pensões generosas para funcionários públicos, benefícios aos trabalhadores formais que inibem a contratação formal de mais trabalhadores etc. Um governo de esquerda, e especialmente do PT, teria mais legitimidade que qualquer outro para promover esse debate, que infelizmente foi adiado pelo bom desempenho da economia internacional e pela queda do ministro (Antonio) Pa-

loci (da Fazenda), que personificava essa agenda no governo e no partido.

• O que fazer para atingir os mais pobres?

PIO: Precisaremos colocar no topo das preocupações e escolhas dos governantes gastos e regulações que melhorem a situação dos mais pobres e, entre estes, especialmente as crianças. É preciso baratear drasticamente os alimentos e medicamentos via importações mais livres e desoneração tributária do consumo desses bens. É fundamental criar incentivos à provisão privada (e mesmo governamental) de pré-escola, para elevar as capacidades de aprendizado dessas crianças e liberar as mães para o mercado de trabalho. Precisamos direcionar as políticas chamadas de desenvolvimento econômico — que, na verdade, são políticas de incentivo a setores da economia escolhidos pelo governo (sobretudo via BNDES) — para oferecer maiores oportunidades aos setores que empregam mais pobres, nas regiões mais pobres, sem prejuízo à concorrência (doméstica e estrangeira).

• Os ganhos sociais têm limites?

PIO: Eles são concretos e devem-se a decisões fundamen-

Para avançar mais é preciso dar seguimento a uma agenda de reformas liberais que elimine privilégios a setores minoritários da economia

tais tomadas pelos governos Fernando Henrique e Lula. Mas essas políticas já deram o que tinham que dar. Para avançar mais é preciso dar seguimento a uma agenda de reformas liberais (não confundir com eliminar o Estado nem com qualquer ideia ingênua de que o mercado desregulado é uma solução para todos os males), que elimine privilégios a setores minoritários da economia e da sociedade (funcionários públicos aposentados e pensionistas, empresas em setores subsidiados e protegidos da concorrência internacional, jovens de famílias abastadas que terminam o segundo grau e ingressam na universidade gratuita etc.) e que aumente os incentivos ao aumento da eficiência e da produtividade e o acesso dos mais pobres a condições que elevem suas capacidades para prosperar.

• Que agenda é esta?

PIO: Ênfase na oferta de bens coletivos que beneficiem primordialmente os mais pobres, ampliação das liberdades econômicas de todos, garantias à propriedade privada, aumento da eficiência do setor público, corte de privilégios econômicos presentes no chamado “orçamento social”, aumento da concorrência sobre as empresas já estabelecidas no país via liberalização comercial unilateral etc.

ACELERE A VENDA DO SEU IMÓVEL.

PONHA ANÚNCIO COM FOTOS EM NOSSO SITE.

MAIS DE 120.000 ACESSOS/MÊS DE CLIENTES. CLICOU, VENDEU.
FALE COM O RESPONSÁVEL PELA LOJA ONDE ESTÁ O SEU IMÓVEL
OU ENTÃO ENVIE UM E-MAIL PARA FOTOS@JULIOBOGORICIN.COM.

JULIO BOGORICIN
www.julibogoricin.com

AFONSO PENA 2187-4650 7714-4374	BOTAFOGO 2187-4800 7714-4378	BARRA 2187-4350 7848-8109	CACHAMBI 2187-3300 7714-4366	CAMPO GRANDE 2187-4900 7714-3417	COPICARANA 2187-4100 7714-4509	FLAMENGO 2187-4300 7714-4510	FREGUESIA 2187-4600 7714-4369	ICARAI 2189-4000 7714-4364	ILHA 2187-4550 7714-4371	IPANEMA 2187-4150 7714-8516
JD. BOTÂNICO 2187-4200 7714-4502	JD. ICARAI 3799-9000 7714-3416	LANÇAMENTOS 1 2187-4000 7847-2728	LANÇAMENTOS 2 2187-4850 7848-8100	LEBLON 2187-4250 7714-4504	MEIER 2187-4500 7714-3415	RECREIO 2187-4450 7714-4514	SAENS PENA 2187-4700 7714-4373	TAQUARA 2187-4400 7714-4372	TERRINOS 2132-7476 7847-2713	VILA PENHA 2187-4750 7714-3418